

Fortaleza, 16 de março de 2018.

No dia 1º de março a CAPES divulgou os editais do PIBID e Residência Pedagógica, apresentando elementos concretos da nova Política de Formação de Professores, anunciada em 18 de outubro de 2017 e lançada oficialmente em 28 de fevereiro de 2018. Convém destacar a presença do PIBID no rol de ações dessa nova política, elemento não previsto nos slides apresentados em outubro pelo MEC, o que creditamos à nossa mobilização para permanência do programa.

As exigências dos editais, compreendidas como contrapartida das Instituições de Ensino Superior (IES), ferem elemento basilar dessas instituições, sua autonomia. Ao decretar que a participação dos bolsistas nos programas equivalha à determinados componentes curriculares (Prática como Componente Curricular, Atividade Curricular Complementar e Estágio Curricular Obrigatório), a Capes impõe alterações e dificuldades na gestão acadêmica, pois não dá margem de adequação às inúmeras especificidades encontradas, interferindo na carga horária de docentes, exigindo novos e imediatos ajustes nos Projetos Pedagógico dos Cursos (PPC) e adequações em processos acadêmicos, situações que levam tempo e requerem ampla discussão institucional. A determinação pode implicar em outras condições adversas, sobre o que fazer com um estudante que não concluir seu tempo de participação nos programas e o componente curricular dispensado. Tais medidas também criam condições diferenciadas dentro de um mesmo curso, levando às IES terem egressos com situações obrigatórias com características distintas. Teremos estudantes de uma mesma instituição que nos seus históricos passarão por formações curriculares obrigatórias em condições diferenciadas.

Outras condições impostas levarão, provavelmente, à impossibilidade de execução das propostas ou preenchimento de todas as 90 mil cotas de bolsas disponibilizadas, sobretudo em situações de cursos com pequeno número de estudantes, realidades que necessitam de maior apoio para superar questões tradicionais no campo da formação professores, como a baixa procura, o abandono e a evasão. Ter como mínimo de 24 bolsistas por núcleo de subprojeto (ou 30, com os 6 voluntários), seja no PIBID ou na RP, associada a outras exigências, para grande parte dos cursos de licenciatura, em situações supracitadas, inviabilizará a submissão de propostas unicamente por não ter estudantes elegíveis, fato que implicará vacância de cotas de bolsas nos dois programas.

Ao vincular a participação dos cursos àqueles que habilitem alguns dos componentes curriculares da Educação Básica, mostra um novo direcionamento da política, não só nesses programas, mas do MEC como um todo, a vinculação com o que preconiza a Base Nacional Comum Curricular, sendo ela reconhecida como o mínimo exigido e o máximo a ser ofertado. O ilustrativo disso é o impedimento da participação de cursos cuja atuação nas escolas têm caráter interdisciplinar ou transversal, como, por exemplo, computação

e psicologia, ou mesmo outras línguas estrangeiras que não o Inglês ou o Espanhol, desconhecendo a importância de algumas línguas em determinadas regiões do País e seus reflexos nas escolas e o reconhecimento do currículo. A BNCC, em tese, é um dos componentes que se agrega a outros elementos que compõem os currículos da educação básica, porém o sinal dado é que o mínimo é o limite.

Outro fator nefasto imposto às IES é a participação voluntária de sujeitos na proposta, não como ação acessória, mas de alguma forma obrigatória, uma vez que o “esforço institucional para inclusão de maior número de discentes” e docentes garantirá maior pontuação das submissões institucionais. Outro elemento da precarização, e neste caso exclusivo à Residência Pedagógica, é a possibilidade do fracionamento de cotas de bolsas, condição que trará dificuldade na gestão de pessoas por parte dos coordenadores institucionais e uma diferenciação da vinculação de professores com o programa, tendo como consequência relação frágil com o desenvolvimento das ações e a construção do grupo.

Os editais não dão garantias sólidas de parceria entre as IES e a CAPES, pois atestam que “a qualquer tempo” o vínculo poderá ser encerrado, eximindo qualquer possibilidade de questionamentos sobre a interrupção extemporânea. Essas questões colocam as IES em situação de fragilidade em relação à execução das atividades do PIBID e RP, revelando uma nova perspectiva precarizante da relação das IES com a Fundação e por consequência com as Redes.

As propostas institucionais devem ser elaboradas, coordenadas e executadas “de forma orgânica e interativa com as redes de ensino, articulando os subprojetos com os projetos pedagógicos dos cursos de licenciatura da IES e das escolas parcerias”. Por outro lado, dada a ausência de orientações, as Redes de Ensino pouco sabem o seu papel no processo estruturado pelos Editais nº 06 e 07/2018-CAPES, revelando a fragilidade dessa relação. Convém destacar que algumas IES podem planejar propostas e não encontrar espaços para a execução da ação, caso em sua região, nenhuma rede manifeste a disponibilidade de escola, por exemplo.

Especificamente ao RP, muitas entidades se posicionaram contrariamente à proposta presente no edital nº 06/2018-CAPES, dada a sua maior interferência nos cursos e sua ligeireza conceitual, sobretudo acerca da relação teoria-prática, quando concebem o período do estágio supervisionado como eminentemente prático, desconhecendo todas as formulações que basilar os documentos legais da formação de professores, tendo como referência a Epistemologia da Prática, concepção prevista nas DCN desde o início dos anos 2000.

A CAPES, ao estabelecer cotas de bolsas por Estado, promove a competição entre as IES, situação que requer enfrentamento de forma coletiva, colaborativa, evitando disputas entre instituições. Compreendendo que o FORPIBID tem suas representações estaduais, sugerimos que previamente à submissão das propostas, as IES utilizem esse espaço para discussão e deliberação sobre as cotas

individuais, diminuindo as chances de exclusão, de parte ou do todo, de propostas institucionais. A Formação de Professores é o que nos une e não deve ser o que nos afastará.

A ausência de previsão orçamentária nos dois editais, embora apresentados como possibilidade em futuro breve, coloca o planejamento das ações em outro aspecto de fragilidade, com qual recurso as IES podem prever as atividades propostas? Quando analisado o caso das licenciaturas de Educação Intercultural Indígena e Educação no Campo e as suas especificidades, é imperativo ter conhecimento do recurso disponível. Esses cursos são estruturados por áreas de conhecimento, como Ciências da Natureza, Ciências da Linguagem e Ciências da Cultura e a partir de outras concepções pedagógicas que levam em consideração os saberes tradicionais, as línguas indígenas e a diversidade de uma maneira geral. Soma-se às peculiaridades a organização por etapas presenciais nas comunidades indígenas e do campo, exigindo elevado esforço de deslocamento dada a localização em lugares de difícil acesso, o apoio para os deslocamentos é condição *sine qua non*.

Em suma, alguns elementos já eram previstos e igualmente causavam preocupação por anunciar certa descaracterização das experiências desenvolvidas há quase uma década. A modernização das propostas é marcada pela precarização dos programas de formação de professores da CAPES e apontam para um novo tom a ser dado ao PIBID e ao recém criado Residência Pedagógica: ataque à autonomia do Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPC), precarização da participação de sujeitos, imposição e vinculação à BNCC e cerceamentos em diversos elementos que compõem os editais 06 e 07/2018-CAPES.

O momento é de ampla reflexão para os necessários enfrentamentos, o que exigirá de todos resiliência criativa para enfrentar e superar retrocessos. O FORPIBID convida a todos que estarão envolvidos na elaboração das propostas do PIBID e Residência Pedagógica para uma união, entendida como única saída para superação e discussão coletiva, encontrando estratégias comuns, fortalecendo o que já fazemos nesses espaços oferecidos pelo governo federal: ampliar momentos de formação e valorização de professores para educação básica.

Resistiremos.

Saudações Pibidianas!